PROTOCOLO GERAL

65323.002253/2026-68

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO DISPENSA DE LICITAÇÃO.

Nr: 38/2026

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXERCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4° BATALÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/ 1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

DISPENSA DE LICITAÇÃO.

ANEXOS AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE TIC E INSUMOS PARA O PMGURBO

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA	DESTINO	DATA
1 -		17	
2 -		18	
3		19	
4		20	
5		21	
6		22	
7		23	
8		24	
9		25	
10		26	
11		27	
12		28	
13		29	
14		30	
15		31	
16		32	

NE 461

NE 630

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA D
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

[redacted]

EB: 65323.002253/2026-68

Assunto: Contratação direta - Dispensa de licitação - aquisição de material de TIC e insumos para o PMGuRBO

Anexos: DFD Nº 13/2026

Nota de Crédito 2026NC400767

Nota de Crédito 2026NC402642

Dispensa 38/2026

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

1. Nos termos contidos no art. 13 da IG 12-02, solicito-vos providência no sentido de autorizar a abertura de **dispensa eletrônica** para a aquisição de material de TIC e seus insumos, de acordo com **o Inciso II do Art 75/inciso I do Art. 74 da Lei 14.133, de 1 de abril de 2021**, conforme abaixo especificado, destinado a atender às necessidades do Posto Médico da Guarnição de Rio Branco.
2. Justificativa da necessidade do objeto: a presente requisição destina-se à aquisição de materiais de tecnologia da informação e seus insumos pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (PMGuRBO) para garantir a continuidade de atividades administrativas e atendimento aos usuários da guarnição.
3. Dados NC/Gestão:2026NE402642 (Itens 1 e 2) e 2026NC400767 (Itens 3 a 8)
4. PI: D8SAPIMNTCM (Itens 1 e 2) e D8SAFUNADOM (Itens 3 a 8)
5. ND/SI: 449052 (Itens 1 e 2) e 339000 (Itens 3 a 8)
6. TIPO EMPENHO: ORDINÁRIO

ITEM	PDM/ SVÇ	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	7068	626903	Estabilizador Tensão Capacidade: 1.200 VA ou superior, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt, Tipo: Nobreak senoidal puro. Quantidade Tomadas Saída: 6 ou superior, Normas. Tempo de carga da bateria interna (até 80%): 8 horas. Autonomia da bateria: cerca de 30 min.	Unidade	6	R$1.089,00	R$6.534,00
02	226	630908	Impressora Multifuncional colorida Tipo Impressão: Laser, Impressão com velocidade em torno de 26 ppm (A4), 27 ppm (Carta) preto/colorido. Impressão frente e verso automática. Compatível com Windows®, Mac OS®,	Unidade	1	R$5.899,99	R$5.899,99

			Linux. Resolução Impressão: 2.400 x 600 dpi ou superior, Tensão Alimentação: 127 V ou bivolt, Resolução Copiadora: 600 x 600 DPI ou superior, Resolução de digitalização com ADF: 600 x 600 dpi ou superior. Capacidade Mínima Bandeja: 250 folhas, Capacidade de papel no ADF: 50 folhas o superior. Deve possuir tela LCD touchscreen e Conexão Wireless, Wi-Fi Direct e Rede Cabeada. A impressão e digitalização devem estar disponíveis na modalidade preto/branco e colorida. Inclusos todos os elementos necessários para operar, inclusive toner.				
03	16392	254199	Papel Para Impressão A4Formatado, Tipo:Sulfite/Apergaminhado/Oficio:75 G/M2, Cor:Branco, Característica Adicional:Ph Alcalino Para Uso Em Impressora A Laser.	Embalagem 500 folhas	200	R$34,60	R$6.920,00
04	13828	621852	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: variadas C/M/Y.	Unidade	15	R$574,00	R$8.610,00
05	13828	621849	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: preto.	Unidade	15	R$600,00	R$9.000,00
06	5409	457752	Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$39,00	R$585,00
07	13510	451819	Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$89,00	R$1.335,00
08	15879	631099	Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	Unidade	15	R$55,00	R$825,00

DESPACHO FISCAL ADMINISTRATIVO

1. Aprovo a aquisição do objeto em tela;
2. Submeter à apreciação do Ordenador de Despesas.

DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS

1. Autorizo a aquisição do objeto em tela;
2. Ratifico e aprovo as justificativas da necessidade do objeto;
3. Seja encaminhado para a SALC providenciar as medidas administrativas legais necessárias;
4. Publique-se a divulgação de aviso de dispensa de licitação em sítio eletrônico oficial do governo, pelo prazo mínimo de **3 (três) dias úteis**, em atendimento a IN SEGES 67/21 para busca da proposta mais vantajosa;
5. A SALC providencie o processo de dispensa eletrônica e a emissão da nota de empenho após sua homologação; e
6. Finalizado o processo e recebido o material, o pagamento será mediante ordem bancária (OB), haja vista que esta UG trabalha com sistema de emissão de nota de empenho onde os pagamentos são realizados via (OB) e haja vista que esta UG não possui cartão de pagamento.

Rio Branco-AC, 04 de março de 2026.

[redacted]

Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

JÚLIO JACKSON ALVES DA CRUZ - Maj
Fiscal Administrativo do Cmdo Fron Acre/4ºBIS

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron Acre/4ºBIS

gov.br

Compras.gov.br

Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

CONTRATANTE (UASG)
160002

OBJETO
Aquisição de materiais TIC e seus insumos

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 39.708,99

DATA DA SESSÃO
De ___/___/2025

HORÁRIO DA FASE DE LANCES
Das 10h até 17h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

Baixe o APP Compras.gov.br

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 4
2. REGISTRO DE PREÇOS 5
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. 5
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 6
5. FASE DE LANCES 8
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS 9
7. HABILITAÇÃO 10
8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12
9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 13
10. CONTRATAÇÃO 13
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 14
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 16

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO)

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº ____/2026

(Processo Administrativo n.º 65323.002253/2026-68)

Torna-se público que o(a) **COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica, para registro de preços, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais normas aplicáveis.

Data da sessão:_____/____/_____
Horário da Fase de Lances: 10:00h às 17:00h (horário de Brasília)
Link: www.gov.br/compras/pt-br
Critério de Julgamento: menor preço
Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de material TIC e seus insumos para o Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Havendo mais de um item, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

2.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

2.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) **empresas controladoras**, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por

exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

2.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.4. É vedada a participação de consórcios, de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. O fornecedor não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R$ 1,00 (um real).**

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço ou o maior desconto, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. SICAF;

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

5.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. contiver vícios insanáveis;

5.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

5.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021,** constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

6.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

6.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

6.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Homologado o resultado do procedimento, o fornecedor mais bem classificado terá o prazo de 07 (sete) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021

7.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor mais bem classificado ou convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

7.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

7.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do fornecedor vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

7.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de contratação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os fornecedores remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

8. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

8.1. Após a homologação do procedimento, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

9.1.1 dos fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação no procedimento; e

9.1.2 dos fornecedores que mantiverem sua proposta original.

8.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos fornecedores registrados na ata.

8.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do procedimento em relação ao fornecedor mais bem classificado.

8.4. Para fins da ordem de classificação, os fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

8.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos fornecedores remanescentes, nas seguintes hipóteses:

9.5.1 quando o adjudicatário não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no aviso de dispensa; ou

9.5.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

8.6. Na hipótese de nenhum dos fornecedores que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no Termo de Referência, poderá:

8.7. convocar os fornecedores que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

8.8. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

9. CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de ..... (.....) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

9.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

9.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

9.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

9.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

10.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

10.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

10.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

10.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

10.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

10.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.11. as peculiaridades do caso concreto;

10.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

10.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos

ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

11.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

Rio Branco- AC, 04 de Março de 2026

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/ 4º BIS

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	160002-4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC	JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA	06/03/2026 13:30 (v 0.7)

Status

CONCLUIDO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes		65323.002253/2026-68

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de TIC para o Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Métrica ou Unidade de Medida	CÓD. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Estabilizador Tensão Capacidade: 1.200 VA ou superior, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt, Tipo: Nobreak senoidal puro, Quantidade Tomadas Saída: 6 ou superior, Normas. Tempo de carga da bateria interna (até 80%): 8 horas. Autonomia da bateria: cerca de 30 min.	626903	Unidade	Não se aplica	6	R$1.089,00	R$6.534,00
2	Impressora Multifuncional colorida Tipo Impressão: Laser, Impressão com velocidade em torno de 26 ppm (A4), 27 ppm (Carta) preto/colorido. Impressão frente e verso automática. Compatível com Windows®, Mac OS®, Linux. Resolução	630908	Unidade	Não se aplica	1	R$5.899,99	R$5.899,99

	Impressão: 2.400 x 600 dpi ou superior, Tensão Alimentação: 127 V ou bivolt, Resolução Copiadora: 600 x 600 DPI ou superior, Resolução de digitalização com ADF: 600 x 600 dpi ou superior. Capacidade Mínima Bandeja: 250 folhas, Capacidade de papel no ADF: 50 folhas o superior. Deve possuir tela LCD touchscreen e Conexão Wireless, Wi-Fi Direct e Rede Cabeada. A impressão e digitalização devem estar disponíveis na modalidade preto/branco e colorida. Inclusos todos os elementos necessários para operar, inclusive toner.						
3	Papel Para Impressão A4Formatado, Tipo:Sulfite /Apergaminhado/Ofício:75 G/M2, Cor:Branco, Característica Adicional:Ph Alcalino Para Uso Em Impressora A Laser.	254199	Embalagem 500 folhas	Não se aplica.	200	R$34,60	R$6.920,00
4	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: variadas C/M /Y. Mínimo de 1200 impressões.	621852	Unidade	Não se aplica.	15	R$574,00	R$8.610,00
5	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: preto. Mínimo de 1500 impressões.	621849	Unidade	Não se aplica.	15	R$600,00	R$9.000,00
6	Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	457752	Unidade	Não se aplica.	15	R$39,00	R$585,00
7	Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	451819	Unidade	Não se aplica.	15	R$89,00	R$1.335,00
8	Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	631099	Unidade	Não se aplica.	15	R$55,00	R$825,00
TOTAL							R$39.708,99

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de bens de TIC e seus suprimentos pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (PMGuRBO) para realizar atividades administrativas e atender aos usuários da guarnição, destacando-se, mas não somente, as seguintes atividades: impressão e digitalização de laudos, receituários, atestados, guias de encaminhamento para clínicas conveniadas; digitalização de processos diversos; bem como diversas atividades que empregam equipamentos elétricos, os quais necessitam de estabilização de tensão da rede elétrica, a fim de garantir sua durabilidade. A demanda dos materiais permanentes (itens 01 e 02) foi aprovada no Plano Anual das Atividades do Serviço de Saúde do Exército (PAASSEx) 2026.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução de TIC consiste em adquirir seis nobreaks e uma impressora com digitalização para o PMGuRBO, bem como seus suprimentos, a fim de permitir a continuidade dos atendimentos desta Organização Militar de saúde, considerando o exposto no parágrafo 2.1.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Garantir a continuidade e a disponibilidade dos serviços de TI essenciais às atividades administrativas da Unidade;

4.1.2. Proteger os equipamentos e dados institucionais contra falhas e oscilações no fornecimento de energia elétrica; e

4.1.3. Assegurar capacidade adequada de impressão para atendimento eficiente às demandas administrativas.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

Requisitos Temporais

4.4. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de ***30*** dias corridos, a contar do recebimento da Nota de Empenho, emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.5. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

4.7. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.8. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.9. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.10. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.11. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.12. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.13. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.16. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.17. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente a contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.18. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.19. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.20. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 07 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 05 dias por semana por via telefônica.

4.21. O andamento do fornecimento dos equipamentos dever ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.22. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

Sustentabilidade

4.23. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.23.1. Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a certificação de que trata a Portaria INMETRO nº 170, de 2012 ou deverá ser comprovada segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética equivalente.

4.23.2. Os bens de informática e/ou automação a serem utilizados na execução dos serviços não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs)."

Subcontratação

4.24. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.25. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.2.10. para os itens 1 (Nobreak) e 2 (Impressora), a contratada deverá fornecer garantia técnica de fábrica por um período mínimo de 12 (doze) meses. O Item 2 (Impressora) deve ser entregue com toner/cartucho original de carga completa, não sendo aceitos suprimentos do tipo 'introdutório'.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

6.4. O prazo de entrega dos bens é de **30** dias, contados do(a) **recebimento da nota de empenho**, em remessa única.

6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15** dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

6.6.1 Almoxarifado do 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4°BIS): Rua Colômbia, S/nº, Bairro Bosque, Rio Branco/AC. HORÁRIO: 09h30min às 11h30min; e 14h00min às16h00min (segunda-feira à quinta-feira) e 08h00min às 11h30min (sexta-feira). A Nota de Empenho assinada será enviada para o e-mail cadastrado no SICAF.

Formas de transferência de conhecimento

6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.9. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.10. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I) Ordem de Fornecimento de Bens;

II) Ata de Reunião;

III) Ofício;

IV) Sistema de abertura de chamados;

V) E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.11. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.12. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.6. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.15. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.15.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.15.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.15.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.15.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.15.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.15.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.16.O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.17. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.18. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não recondicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.19. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.20. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.21. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.22. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.23. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na dispensa de licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de DISPENSA DE LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.24. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões "shareware" ou "trial". O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.25. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.26. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1.Moratória, para as infrações descritas no item "d", de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15** (**quinze**) dias

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A2]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas "**e**" a "**h**" de 10% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea "**c**", de **10**% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**b**", de **10**% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea "d", de **10**% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea "**a**", de **10**% (**dez** por cento) a **20**% (**vinte** por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.[A2]

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 25 (vinte e cinco) dias úteis.[A3]

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito[A13] [A14]

9.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A15]

9.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A16]

9.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A17]

Reajuste

9.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/03/2026.

9.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI[A19] , mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A20] .

9.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta[A1]

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será[A2] :

10.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital.

Exigências de habilitação[A3]

10.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4]

10.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

10.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A5]

10.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A7]

10.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A8]

Qualificação Econômico-Financeira[A9]

10.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas [A10] :

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

10.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.[A11]

10.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação[A12] ;

10.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.[A13]

Qualificação Técnica

10.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.31.1 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A19] [A20]

10.31.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A21]

10.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.32. Prova de atendimento aos requisitos previstos na lei.

Disposições gerais sobre habilitação

10.33. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R$39.708,99 (trinta e nove mil setecentos e oito reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima** .

11.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.[A5] [A6]

11.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

11.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

Rio Branco - AC _____de_____2026.

[redacted]

[redacted]

Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/4° BIS

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3° do Art. 4° do Decreto n° 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

[redacted]

Presidente da equipe

[redacted]

GUILHERME MARTINS MOREIRA

Equipe de apoio

[redacted]

JOABE AZEVEDO DOS SANTOS

Equipe de apoio

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

Documento de Formalização da Demanda 13/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 13/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
POSTO MÉDICO DE GUARNIÇÃO DE RIO BRANCO	31/03/2026 00:00	160002	JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA

Descrição sucinta do objeto

Material de TIC e suprimentos para o PMGuRBO

2. Justificativa de Necessidade

A presente contratação justifica-se pela necessidade de bens de TIC e seus suprimentos pelo Posto Médico de Guarnição de Rio Branco (PMGuRBO) para realizar atividades administrativas e atender aos usuários da guarnição, destacando-se, mas não somente, as seguintes atividades: impressão e digitalização de laudos, receituários, atestados, guias de encaminhamento para clínicas conveniadas; digitalização de processos diversos; bem como diversas atividades que empregam equipamentos elétricos, os quais necessitam de estabilização de tensão da rede elétrica, a fim de garantir sua durabilidade. A demanda foi aprovada no Plano Anual das Atividades do Serviço de Saúde do Exército(PAASSEx) 2026.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R$)	Val. total (R$)
1	Impressoras			1,00	5.899,99	5.899,99
2	Equipamentos de controle elétrico			1,00	6.534,00	6.534,00
3	Suprimentos de informática - tic			1,00	20.355,00	20.355,00
4	Papéis e papelões			1,00	6.920,00	6.920,00

3.2 Serviços

Nenhum serviço incluído.

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

[redacted]

JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA

Presidente da Equipe

[redacted]

GUILHERME MARTINS MOREIRA

Equipe de apoio

[redacted]

JOABE AZEVEDO DOS SANTOS

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	Para aprovação da SALC	JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA	04/03/2026 14:12

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.

Nota de Crédito Nº **2026NC402642** da UG 167505	
NÚMERO	2026NC402642
UG EMITENTE	167505
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	DESCENTRALIZACAO
DATA EMISSÃO	20/01/2026
VALOR TOTAL	R$ 92.896,94
TIPO DESCENTRALIZAÇÃO	PROVISAO
TAXA CÂMBIO	0,0000
CÓDIGO TRANSFERÊNCIA	0
DESCRIÇÃO	ATENDE PAASSEX REGULAR 2026, REF A ITENS APROVADOS PARA O - PMEDGURIOBCO. EMPREGAR CONFORME LEGISLA¿¿O EM VIGOR. EMPENHAR AT¿ 31 DE MAIO 26. LIQUIDAR AT¿ 30 SET 26.
SISTEMA ORIGEM	SIAFI-STN

UG Favorecida: 167002

Total da UG: R$ 92.896,94

Sequencial: 1 - Total: R$ 92.896,94

ORIGEM DO CRÉDITO

TIPO	ITEM	NUM	UG FAV	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
ORIGEM	1	1	167002	2	215845	1005000142	449000	167505		R$ 92.896,94

DESTINO DO CRÉDITO

TIPO	ITEM	NUM	UG FAV	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
DESTINO	1	1	167002	2	215845	1005000142	449052	167505	D8SAPIMNTCM	R$ 92.896,94

Nota de Crédito Nº **2026NC400767** da UG 167505	
NÚMERO	2026NC400767
UG EMITENTE	167505
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	DESCENTRALIZACAO
DATA EMISSÃO	08/01/2026
VALOR TOTAL	R$ 79.525,21
TIPO DESCENTRALIZAÇÃO	PROVISAO
TAXA CÂMBIO	0,0000
CÓDIGO TRANSFERÊNCIA	0
DESCRIÇÃO	ATD DESPESAS COM FUNADOM - 1 COTA, CONFORME PDR SSEX 2026. P/ AQUIS. DE MAT. CONSUMO / PRESTA O DE SERVI OS - P/ P. MED GU RIO BRANCO. EMP. AT 31MAR26 / LIQ. MENSALMENTE - UTILIZAR CONF. LEGISLA O VIGENTE.
SISTEMA ORIGEM	SIAFI-STN

UG Favorecida: 167002

Total da UG: R$ 79.525,21

Sequencial: 1 - Total: R$ 79.525,21

ORIGEM DO CRÉDITO

TIPO	ITEM	NUM	UG FAV	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
ORIGEM	1	1	167002	2	215842	1050000000	339000	167505	D8SACNTMABM	R$ 79.525,21

DESTINO DO CRÉDITO

TIPO	ITEM	NUM	UG FAV	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR
DESTINO	1	1	167002	2	215842	1050000000	339000	167505	D8SAFUNADOM	R$ 79.525,21

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

PROCESSO: 65323.002253/2026-68

ASSUNTO: Aquisição de materiais de tecnologia da informação (TIC) e suprimentos para o PMGuRBO

Justificativa para Dispensa de Elaboração de ETP e Matriz de Riscos

Considerando a contratação direta pretendida por meio de **dispensa de licitação**, nos termos do **art. 75, inciso II**, da **Lei nº 14.133/2021**, cujo valor não excede o limite da Dispensa para compras e outros serviços, justifica-se a **não elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP)** e **Matriz de Riscos**, pelos seguintes fundamentos:

1. Baixa complexidade e reduzido valor do objeto contratado: Trata-se de aquisição/contratação de pequeno valor, de objeto padronizado e de execução simples, o que **não demanda análise técnica aprofundada** ou planejamento detalhado, conforme a natureza do item envolvido.

2. Proporcionalidade e razoabilidade: A elaboração de ETP e de Matriz de Riscos, apesar de recomendada para contratações mais complexas, deve observar os princípios da economicidade, da eficiência e da razoabilidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), sendo **desnecessária para contratações de baixo risco e baixa materialidade**, como é o caso.

3. Previsão legal e entendimento da doutrina e órgãos de controle: A própria legislação não exige expressamente a elaboração de ETP e de Matriz de Riscos para todas as dispensas de licitação, sendo sua obrigatoriedade condicionada à **complexidade e criticidade da contratação** (art. 18, caput e §1º, e art. 22 da Lei nº 14.133/2021). A ausência desses documentos **não compromete a legalidade ou a segurança jurídica da contratação**, desde que haja justificativa compatível com a natureza do objeto.

Diante do exposto, entende-se que a não elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Matriz de Riscos está **alinhada com os princípios da proporcionalidade, eficiência e economicidade**, assegurando o cumprimento do interesse público e a celeridade na contratação.

Rio Branco, AC, 04 de março de 2026

[redacted]

JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA – 1° Ten
Responsável pela pesquisa

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
(Batalhão Plácido de Castro)

PROCESSO: 65323.002253/2026-68

ASSUNTO: Aquisição de materiais de TIC e insumos do PMGuRBO.

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços abaixo discriminada em cumprimento ao determinado na Lei 14.133/21, no seu Art.23, e demais dispositivos legais, em conformidade com a Instrução Normativa 65/2021 SEGES/ME.

1. OBJETO: Aquisição de materiais de TIC e insumos do PMGuRBO.

2. PERÍODO DE REALIZAÇÃO: Períodos 03 a 04 de Março de 2026.

3. METODOLOGIA ESTATÍSTICA APLICADA PARA DEFINIÇÃO DO VALOR E SUA JUSTIFICATIVA: O método preferencialmente utilizado para a pesquisa de preços foi o disposto no(s) Inciso(s) I, do Art. 5º, da Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, pesquisa esta realizada no instrumento de Pesquisa de Preço do Gov (https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/), utilizando-se de 3 preços para cálculo, sendo optado pela mediana, tendo em vista justificativa imediatamente abaixo, conforme pesquisas anexas.

Conforme o TCU,em seu Acórdão n.º 3068/2010-Plenário, "o preço de mercado é mais bem representado pela média ou mediana uma vez que constituem medidas de tendência central e, dessa forma, representam de uma forma mais robusta os preços praticados no mercado".

Do exposto, para a contratação em tela, foi utilizada a mediana, tendo em vista que os dados estão dispostos de forma heterogênea.

Para o Item 2, excepcionalmente, um dos valores para compor a pesquisa de preço foi obtido empregando o inciso III da referida IN (dados de pesquisa publicada em mídia especializada), pois não foram encontrados três preços coerentes com o mercado usando o inciso prioritário.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

4.1 Os preços foram elaborados através de pesquisa de preços utilizando os seguintes parâmetros, observado o art. 5º da IN 65/2021 SEGES/ME:

(X) I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente; https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/);

OBJETO	FONTE PESQUISA	DATA	PREÇO UNITÁRIO
Estabilizador Tensão Capacidade: 1.200 VA ou superior, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt, Tipo: Nobreak senoidal puro, Quantidade Tomadas Saída: 6 ou superior, Normas. Tempo de carga da bateria interna (até 80%): 8 horas. Autonomia da bateria: cerca de 30 min.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$1.089,00
Impressora Multifuncional colorida Tipo Impressão: Laser, Impressão com velocidade em torno de 26 ppm (A4), 27 ppm (Carta) preto/colorido. Impressão frente e verso automática. Compatível com Windows®, Mac OS®, Linux. Resolução Impressão: 2.400 x 600 dpi ou superior, Tensão Alimentação: 127 V ou bivolt, Resolução Copiadora: 600 x 600 DPI ou superior, Resolução de digitalização com ADF: 600 x 600 dpi ou superior. Capacidade Mínima Bandeja: 250 folhas, Capacidade de papel no ADF: 50 folhas o superior. Deve possuir tela LCD touchscreen e Conexão Wireless, Wi-Fi Direct e Rede Cabeada. A impressão e digitalização devem estar disponíveis na modalidade preto/branco e colorida. Inclusos todos os elementos necessários para operar, inclusive toner.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$5.899,99
Papel Para Impressão A4Formatado, Tipo:Sulfite/Apergaminhado/Ofício:75 G/M2, Cor:Branco, Característica Adicional:Ph Alcalino Para Uso Em Impressora A Laser.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$34,60
Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: variadas C/M/Y.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$574,00

Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: preto.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$600,00
Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$39,00
Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$89,00
Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	(https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos	04/03/2026	R$55,00

( ) II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

Não utilizado por não terem sido encontrados processos de compra passíveis de comparação em qualidade e dimensionamento que atendessem as necessidades conforme o objeto da pesquisa.

(X) III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

Foi priorizado o inciso I do art. 5º da IN 65/2021, como fonte de consulta. Para o item 2 foi utilizado um preço de referência de mídias especializadas, pois não foram encontrados três preços coerentes com o mercado usando o inciso prioritário.

( ) IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

( ) V - pesquisa na **base nacional de notas fiscais eletrônicas**, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no **período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital,** conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

( ) Outros Critérios: _____

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DO VALOR ESTIMADO:

ITEM	OBJETO	UND	QTD	R$ UNIT	R$ TOTAL
1	Estabilizador Tensão Capacidade: 1.200 VA ou superior, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt, Tipo: Nobreak senoidal puro, Quantidade Tomadas Saída: 6 ou superior, Normas. Tempo de carga da bateria interna (até 80%): 8 horas. Autonomia da bateria: cerca de 30 min.	Unidade	6	R$1.089,00	R$6.534,00
2	Impressora Multifuncional colorida Tipo Impressão: Laser, Impressão com velocidade em torno de 26 ppm (A4), 27 ppm (Carta) preto/colorido. Impressão frente e verso automática. Compatível com Windows®, Mac OS®, Linux. Resolução Impressão: 2.400 x 600 dpi ou superior, Tensão Alimentação: 127 V ou bivolt, Resolução Copiadora: 600 x 600 DPI ou superior, Resolução de digitalização com ADF: 600 x 600 dpi ou superior. Capacidade Mínima Bandeja: 250 folhas, Capacidade de papel no ADF: 50 folhas o superior. Deve possuir tela LCD touchscreen e Conexão Wireless, Wi-Fi Direct e Rede Cabeada. A impressão e digitalização devem estar disponíveis na modalidade preto/branco e colorida. Inclusos todos os elementos necessários para operar, inclusive toner.	Unidade	1	R$5.899,99	R$5.899,99
3	Papel Para Impressão A4Formatado, Tipo:Sulfite/Apergaminhado/Ofício:75 G/M2, Cor:Branco, Característica Adicional:Ph Alcalino Para Uso Em Impressora A Laser.	Embalagem 500 folhas	200	R$34,60	R$6.920,00
4	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: variadas C/M/Y.	Unidade	15	R$574,00	R$8.610,00
5	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor:	Unidade	15	R$600,00	R$9.000,00

	preto.				
6	Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$39,00	R$585,00
7	Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$89,00	R$1.335,00
8	Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	Unidade	15	R$55,00	R$825,00
TOTAL					R$39.708,99

6. ANÁLISE DA PESQUISA

Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias, tendo sido utilizados o incisos I como fonte de consulta chegou-se ao seguinte valor de referência:

Preço de Referência	R$39.708,99 (Trinta e nove mil setecentos e oito reais e noventa e nove centavos)

7. DOCUMENTOS QUE DÃO SUPORTE À MEMÓRIA DE CÁLCULO: A documentação comprobatória contendo 12 (doze) folhas que compõem a pesquisa de preços segue anexa a este relatório.

Rio Branco, AC, 04 de março de 2026

[redacted]

JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA – 1° Ten

Responsável pela pesquisa

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

PROCESSO: 65323.002253/2026-68
ASSUNTO: Dispensa de licitação - Aquisição de materiais TIC e insumos para o PMGuRBO

RELATÓRIO DE ANÁLISE CRÍTICA DA PESQUISA DE PREÇOS

A aquisição de material TIC e seus insumos para o PMGuRBO tem como objetivo garantir a realização de atividades administrativas e atendimento adequado aos usuários da guarnição de Rio Branco/AC, destacando-se, mas não somente, as seguintes atividades: impressão e digitalização de laudos, receituários, atestados, guias de encaminhamento para clínicas conveniadas; digitalização de processos diversos; bem como diversas atividades que empregam equipamentos elétricos, os quais necessitam de estabilização de tensão da rede elétrica, a fim de garantir sua durabilidade. A demanda dos materiais permanentes (itens 01 e 02) foi aprovada no Plano Anual das Atividades do Serviço de Saúde do Exército (PAASSEx) 2026.

No que se refere à caracterização das fontes de pesquisa de preços, foi utilizada, de forma prioritária, o inciso I, artigo 5º, da IN nº 65/2021, pesquisa direta em sistemas oficiais do governo. A mediana passou a valer como valor máximo aceitável para a contratação, sempre levando em conta o conjunto de três ou mais elementos.

Cabe destacar que utilizou-se o parâmetro I preferencialmente, conforme preconizado no § 1º do Art. 5º da IN nº 65/2021, que destaca os incisos I e II como prioridades em uma pesquisa de preços. Para o item 2 foi utilizado um preço de mídias especializadas (inciso III), uma vez que não foram encontrados três preços coerentes com o mercado empregando os incisos prioritários.

Esse método de aquisição foi utilizado a fim de se obter êxito no recebimento de propostas para todas as necessidades deste processo, colaborando para a máxima difusão da informação com vistas a ampliar a participação das empresas por todo território Nacional. Nesse cenário, será possível proporcionar uma maior competitividade e, consequentemente, a contratação da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Declaro, para os devidos fins, que as cotações de preços anexadas aos autos e os valores descritos na tabela de especificações de materiais e formação dos valores de referência, são verídicas e estão de acordo com a realidade do mercado. Os cálculos dos valores estão corretos e de acordo com as metodologias

recomendadas. Analisei criteriosamente os preços cotados a partir de ampla pesquisa de mercado. As especificações técnicas dos itens estão alinhadas às necessidades da Unidade e não há indicações de marca injustificadas ou características que possam frustrar a competitividade do certame ou favorecer a contratação de prestador específico.

Por fim, a metodologia de estimativa de preço adotada segue de forma irrestrita o constante da IN 65, de 07 de Julho de 2021, legislação atinente ao tema, conforme transcrito abaixo:

> Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:
>
> I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;
> II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
> III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;
> IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou
> V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

Rio Branco, AC, 04 de março de 2026.

[redacted]

JULIAN TORRES BRAZ DA SILVA – 1º Ten
Responsável pela pesquisa

[redacted]

ISA MENEZES BEZERRA – Maj
Chefe do Posto Médico de Guarnição de Rio Branco

DESPACHO ORDENADOR DE DESPESAS

Aprovo o presente relatório de análise crítica da pesquisa de preços conforme legislação vigente

[redacted]

FÁBIO ROBERTO SANTOS ALCÂNTARA - Cel
ORDENADOR DE DESPESAS DO 4°BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

MAPA COMPARATIVO DA PESQUISA DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65323.002253/2026-68

Em cumprimento ao que prescreve o Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, DECLARO, sob as penas da lei, que foi izada pesquisa do objeto titulado como Material de TIC - PAASSEX 2026 PMGuRBO, visando atender às necessidades dos Setores, obtendo o valor mado para cada item, conforme descrito no quadro abaixo:

EM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD	VALOR I	VALOR II	VALOR III	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO R$
1	Estabilizador Tensão Capacidade: 1.200 VA ou superior, Tensão Alimentação Entrada: Bivolt, Tipo: Nobreak senoidal puro, Quantidade Tomadas Saída: 6 ou superior, Normas. Tempo de carga da bateria interna (até 80%): 8 horas. Autonomia da bateria: cerca de 30 min.	Unidade	6	R$ 1.027,89	R$ 1.089,00	R$ 2.128,40	R$1.089,00

2	Impressora Multifuncional colorida Tipo Impressão: Laser, Impressão com velocidade em torno de 26 ppm (A4), 27 ppm (Carta) preto/colorido. Impressão frente e verso automática. Compatível com Windows®, Mac OS®, Linux. Resolução Impressão: 2.400 x 600 dpi ou superior, Tensão Alimentação: 127 V ou bivolt, Resolução Copiadora: 600 x 600 DPI ou superior, Resolução de digitalização com ADF: 600 x 600 dpi ou superior. Capacidade Mínima Bandeja: 250 folhas, Capacidade de papel no ADF: 50 folhas o superior. Deve possuir tela LCD touchscreen e Conexão Wireless, Wi-Fi Direct e Rede Cabeada. A impressão e digitalização devem estar disponíveis na modalidade preto/branco e colorida. Inclusos todos os elementos necessários para operar, inclusive toner.	Unidade	1	R$ 4.699,99	R$ 5.899,99	R$ 7.064,10	R$5.899,99
3	Papel Para Impressão A4Formatado, Tipo:Sulfite/Apergaminhado/Ofício:75 G/M2, Cor:Branco, Característica Adicional:Ph Alcalino Para Uso Em Impressora A Laser.	Embalagem 500 folhas	200	R$ 37,46	R$ 30,77	R$ 34,60	R$34,60
4	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: variadas C/M/Y.	Unidade	15	R$ 574,00	R$ 713,33	R$ 550,00	R$574,00
5	Cartucho Toner compatível com a Impressora disponibilizada no Item 2. Cor: preto.	Unidade	15	R$ 588,00	R$ 600,00	R$ 656,00	R$600,00

	Mouse Computador Tamanho: Padrão, Sensor: Laser, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$ 48,00	R$ 35,00	R$ 39,00	R$39,00
	Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia, Tipo Conector: USB, Conectividade: Com Fio	Unidade	15	R$ 89,00	R$ 91,00	R$ 73,52	R$89,00
	Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	Unidade	15	R$ 55,00	R$ 54,57	R$ 55,90	R$55,00

ETODOLOGIA UTILIZADA

onforme informado no relatório de pesquisa de preço

Rio Branco Acre, 04 de Março de 2026.

[redacted]

JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA – 1º TEN
Adj PMGU

Compras.gov.br

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
22/2026	160002	Concluída	JULLIAN TORRES BRAZ DA SILVA

Título: Material de TIC - PAASSEX 2026

Observações:

Total de itens cotados: 8

Valor total da pesquisa de preços: R$ 39.708,9900

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
626903 - Estabilizador Tensão Capacidade: 1.500 VA. Tensão Alimentação Entrada: Bivolt V. Tipo: Nobreak , Quantidade Tomadas Saída: 8 , Normas Técnicas: Nbr14136	Unidade	6

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 1.027,8900	R$ 1.415,0967	R$ 1.089,0000	Coeficiente de Variação: 35,6865% Desvio Padrão: 504,9982 Maior Preço: R$ 2.128,4000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 318,0000	20/02/2026	Não
2	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	37	Unidade	R$ 584,0000	04/02/2026	Não
3	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	113	Unidade	R$ 629,0000	04/02/2026	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 430,0000	19/01/2026	Não
5	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 590,0000	29/12/2025	Não
6	I	COMANDO DA AERONAUTICA - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 234,5000	29/12/2025	Não
7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 914,0000	18/11/2025	Não
8	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 63.500,0000	12/11/2025	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	221	Unidade	R$ 425,0000	12/11/2025	Não

10	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC. E TEC. FARROUPILHA - Compras.gov.br	102	Unidade	R$ 447,8300	12/11/2025	Não
11	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 1.027,8900	29/10/2025	Sim
12	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 825,8400	29/10/2025	Não
13	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - GO - Compras.gov.br	31	Unidade	R$ 675,0000	15/10/2025	Não
14	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 738,0000	14/10/2025	Não
15	I	INSTITUTO DO PATRIMONIO HIST. E ART. NACIONAL - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 670,0000	08/10/2025	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 682,4600	22/09/2025	Não
17	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 975,4400	19/09/2025	Não
18	I	AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 1.089,0000	19/09/2025	Sim
19	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 666,7600	16/09/2025	Não
i 20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	8	Unidade	R$ 419,9700	15/09/2025	Não
21	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VICOSA - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 560,0000	08/09/2025	Não
22	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 2.310,5000	07/09/2025	Não
i 23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 2.310,5000	07/09/2025	Não
24	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 698,0000	30/07/2025	Não
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 939,0000	22/07/2025	Não
26	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 345,0000	04/07/2025	Não
27	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	35	Unidade	R$ 2.128,4000	17/06/2025	Sim
28	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-RJ - Compras.gov.br	27	Unidade	R$ 165,0000	13/06/2025	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 2

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
630908 - Impressora Multifuncional Tipo Impressão: Laser , Resolução Impressão: 1200 X 1200 DPI, Tensão Alimentação: 127 V, Resolução Copiadora: 600 X 600 DPI, Capacidade Redução Ampliação: 25 A 400 PER, Velocidade Impressão Preto E Branco: 45 PPM, Velocidade Impressão Colorida: 2 PPM, Velocidade Copiadora Preto E Branco: 42 CPM, Velocidade Copiadora Colorida: 8 CPM, Resolução Scanner: 600 X 600 DPI, Capacidade Minima Bandeja: 550 FL, Frequência: 60 H	Unidade	1

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	● Mediana	Coeficiente de Variação: 16,3923%
R$ 4.699,9900	R$ 5.888,0267	R$ 5.899,9900	Desvio Padrão: 965,1809
			Maior Preço: R$ 7.064,1000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 3.180,0000	26/01/2026	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 4.699,9900	21/01/2026	Sim
3	I	CONSELHO REG DE CORRETORES DE IMOVEIS-PE - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 25.800,0000	19/01/2026	Não
4	I	UNIVERSIDADE FED.VALES JEQUITINHONHA E MUCURI - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 1.440,9200	30/12/2025	Não
5	I	CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - Compras.gov.br	21	Unidade	R$ 4.616,5300	23/12/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 3.610,9700	18/12/2025	Não
7	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 4.516,9300	08/12/2025	Não
8	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 2.148,0000	24/11/2025	Não
9	I	CONSELHO REGEGIONAL DE CONTABILIDADE-AM - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 5.899,9900	16/11/2025	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	4	Unidade	R$ 2.110,0000	16/11/2025	Não
11	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 1.498,9000	13/11/2025	Não
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 1.080,0000	11/11/2025	Não
13	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 926,1400	04/11/2025	Não
14	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 4.490,0000	24/10/2025	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 989,0000	19/10/2025	Não
i 16	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 1.135,5300	15/10/2025	Não
i 17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 1.238,6300	02/10/2025	Não
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 992,0000	29/09/2025	Não
19	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 2.294,0000	29/09/2025	Não
i 20	I	MINISTERIO DA FAZENDA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 4.502,4400	16/09/2025	Não
21	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 1.169,0000	15/09/2025	Não
22	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 4.284,0000	10/09/2025	Não
23	III	Kalunga - Midias Especializadas	1		R$ 7.064,1000	03/03/2026	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 3

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
254199 - Papel Não Clorado Formato: A4 , Comprimento: 297 MM, Largura: 210 MM, Gramatura: 75 G/M2, Aplicação: Impressora Laser	Embalagem 500 Folha	200

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 30,7700	R$ 34,2767	R$ 34,6000	Coeficiente de Variação: 7,9958% Desvio Padrão: 2,7407 Maior Preço: R$ 37,4600

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Compras.gov.br	600	Embalagem 500 Folha	R$ 27,3000	24/02/2026	Não
2	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1200	Embalagem 500 Folha	R$ 13,0000	11/02/2026	Não
3	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-PR - Compras.gov.br	500	Embalagem 500 Folha	R$ 24,0900	02/02/2026	Não
4	I	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-ES - Compras.gov.br	60	Embalagem 500 Folha	R$ 24,6900	28/01/2026	Não
5	I	COLEGIO PEDRO II - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Folha	R$ 24,9990	26/01/2026	Não
6	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - MT - Compras.gov.br	30	Embalagem 500 Folha	R$ 274,0000	05/01/2026	Não
7	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Folha	R$ 25,9800	31/12/2025	Não
8	I	CONSELHO REG.DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS-MG - Compras.gov.br	10	Embalagem 500 Folha	R$ 37,4600	29/12/2025	Sim
9	I	DEPARTAMENTO NAC.DE OBRAS CONTRA AS SECAS - Compras.gov.br	5	Embalagem 500 Folha	R$ 25,7000	29/12/2025	Não
10	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	8510	Embalagem 500 Folha	R$ 25,0600	24/12/2025	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE TEC. EM RADIOLOGIA 5°-SP - Compras.gov.br	70	Embalagem 500 Folha	R$ 19,1000	18/12/2025	Não
12	I	SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DNIT - PB - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R$ 22,4700	17/12/2025	Não
13	I	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-ES - Compras.gov.br	150	Embalagem 500 Folha	R$ 23,9000	15/12/2025	Não
14	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	815	Embalagem 500 Folha	R$ 25,8600	12/12/2025	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	220	Embalagem 500 Folha	R$ 22,4000	04/12/2025	Não
16	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	1000	Embalagem 500 Folha	R$ 30,7700	02/12/2025	Sim
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	70	Embalagem 500 Folha	R$ 27,2000	26/11/2025	Não
18	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	450	Embalagem 500 Folha	R$ 24,2000	25/11/2025	Não
19	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	85	Embalagem 500 Folha	R$ 26,8000	23/11/2025	Não
20	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Folha	R$ 22,5000	20/11/2025	Não
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	35	Embalagem 500 Folha	R$ 34,6000	16/11/2025	Sim
		COMANDO DA MARINHA - Compras.					

22	I	gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R$ 22,5000	12/11/2025	Não
23	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Folha	R$ 21,9000	11/11/2025	Não
24	I	CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-TO - Compras.gov.br	340	Embalagem 500 Folha	R$ 27,5000	06/11/2025	Não
25	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	150	Embalagem 500 Folha	R$ 21,9900	29/10/2025	Não
26	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	10	Embalagem 500 Folha	R$ 26,0000	29/10/2025	Não
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	140	Embalagem 500 Folha	R$ 23,0000	22/10/2025	Não
28	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	140	Embalagem 500 Folha	R$ 22,0000	22/10/2025	Não
29	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	20	Embalagem 500 Folha	R$ 21,8400	21/10/2025	Não
30	I	MINISTéRIO DO TRABALHO E PREVIDêNCIA SOCIAL - Compras.gov.br	400	Embalagem 500 Folha	R$ 26,9000	19/10/2025	Não
31	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R$ 24,9500	17/10/2025	Não
32	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	50	Embalagem 500 Folha	R$ 29,9000	16/10/2025	Não
33	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Folha	R$ 24,4000	16/10/2025	Não
34	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	3000	Embalagem 500 Folha	R$ 19,1400	15/10/2025	Não
i 35	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	20	Embalagem 500 Folha	R$ 24,5000	14/10/2025	Não
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	300	Embalagem 500 Folha	R$ 22,0000	09/10/2025	Não
37	I	JUSTICA FEDERAL - Compras.gov.br	500	Embalagem 500 Folha	R$ 24,0000	07/10/2025	Não
38	I	COMANDO DA AERONÁUTICA - Compras.gov.br	200	Embalagem 500 Folha	R$ 22,5000	06/10/2025	Não
39	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO - Compras.gov.br	5	Embalagem 500 Folha	R$ 249,9900	30/09/2025	Não
i 40	I	CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO-PR - Compras.gov.br	100	Embalagem 500 Folha	R$ 22,8000	30/09/2025	Não
41	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1800	Embalagem 500 Folha	R$ 21,4900	24/09/2025	Não
42	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-PR - Compras.gov.br	500	Embalagem 500 Folha	R$ 24,0900	17/09/2025	Não
43	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM-PR - Compras.gov.br	500	Embalagem 500 Folha	R$ 23,0000	17/09/2025	Não
44	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	150	Embalagem 500 Folha	R$ 25,2000	04/09/2025	Não

Legenda:
▲ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 4

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
621852 - Cartucho Toner Impressora Lexmark Tipo Cartucho: Original , Cor Tinta: Ciano , Referência Cartucho 3: 20n4xc0	Unidade	15

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	Coeficiente de Variação: 11,7574%
R$ 550,0000	R$ 612,4433	R$ 574,0000	Desvio Padrão: 72,0074
			Maior Preço: R$ 713,3300

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	3	Unidade	R$ 574,0000	30/01/2026	Sim
2	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	342	Unidade	R$ 713,3300	24/12/2025	Sim
3	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 30,0000	16/09/2025	Não
4	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	25	Unidade	R$ 44,0000	16/09/2025	Não
5	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	37	Unidade	R$ 291,0000	16/09/2025	Não
6	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 43,0000	16/09/2025	Não
7	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 49,7600	16/09/2025	Não
8	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	75	Unidade	R$ 83,2900	16/09/2025	Não
9	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	113	Unidade	R$ 291,0000	16/09/2025	Não
10	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE - Compras.gov.br	38	Unidade	R$ 43,0000	16/09/2025	Não
11	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 550,0000	01/08/2025	Sim
12	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 545,0000	10/04/2025	Não
13	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 1.250,0000	03/04/2025	Não
14	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 1.250,0000	03/04/2025	Não
15	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 1.349,0000	03/04/2025	Não
16	I	JUSTICA DO TRABALHO - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 1.250,0000	03/04/2025	Não

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 5

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
621849 - Cartucho Toner Impressora Lexmark Tipo Cartucho: Original , Cor Tinta: Preta , Referência Cartucho 3: 20n4xk0	Unidade	15

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Media	Mediana	
R$ 588,0000	R$ 614,6667	R$ 600,0000	Coeficiente de Variação: 4,8213% Desvio Padrão: 29,6348 Maior Preço: R$ 656,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	6	Unidade	R$ 588,0000	30/01/2026	Sim
2	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	357	Unidade	R$ 713,3300	24/12/2025	Não
3	I	CONSELHO REG.DE FIS. E TERAPIA OCUPACIONAL-PR - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 600,0000	24/11/2025	Sim
4	I	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - Compras.gov.br	232	Unidade	R$ 522,5000	22/10/2025	Não
5	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 500,0000	01/08/2025	Não
6	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 656,0000	08/07/2025	Sim
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	5	Unidade	R$ 55,0000	29/05/2025	Não

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 6

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
457752 - Mouse Computador Tamanho: Padrão , Sensor: Laser , Tipo Conector: Usb , Conectividade: Com Fio	Unidade	15

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 35,0000	R$ 40,6667	R$ 39,0000	Coeficiente de Variação: 13,3684% Desvio Padrão: 5,4365 Maior Preço: R$ 48,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SERGIPE - Compras.gov.br	837	Unidade	R$ 14,3000	26/02/2026	Não
2	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 23,9900	23/02/2026	Não
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	400	Unidade	R$ 22,8700	23/02/2026	Não
4	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	774	Unidade	R$ 19,0000	23/02/2026	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 6,2000	20/02/2026	Não
6	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	32	Unidade	R$ 6,0000	12/02/2026	Não

7	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	26	Unidade	R$ 39,0000	12/02/2026	Sim
8	I	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE S.J.DEL-REI - Compras.gov.br	26	Unidade	R$ 12,9500	12/02/2026	Não
9	I	CONSELHO REGIONAL DE NUTRICIONISTAS 6ª - PE - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 48,0000	09/02/2026	Sim
10	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 7,6100	06/02/2026	Não
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	300	Unidade	R$ 8,0000	04/02/2026	Não
12	I	CRR-SECRETARIA-EXECUTIVA C. A ASS EMERGENCIAL - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 11,5000	03/02/2026	Não
13	I	CIA.DE ENTREPOSTOS E ARMAZENS GER.DE S.PAULO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 11,0000	29/01/2026	Não
14	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 6,2000	28/01/2026	Não
15	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	6936	Unidade	R$ 14,8400	26/01/2026	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	650	Unidade	R$ 5,0400	15/01/2026	Não
17	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 8,0500	09/01/2026	Não
18	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 6,5900	09/01/2026	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	80	Unidade	R$ 6,9200	08/01/2026	Não
20	I	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 16,6000	06/01/2026	Não
21	I	INST.FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DE BRASILIA - Compras.gov.br	380	Unidade	R$ 6,8600	05/01/2026	Não
22	I	CAMARA DOS DEPUTADOS - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 133,8000	26/12/2025	Não
23	I	CONSELHO REGIONAL DE FAMARCIA-ES - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 30,3100	26/12/2025	Não
24	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	230	Unidade	R$ 6,9200	19/12/2025	Não
25	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 9,9000	16/12/2025	Não
26	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 10,1600	12/12/2025	Não
27	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 7,5000	10/12/2025	Não
28	I	CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE GOIÁS - Compras.gov.br	60	Unidade	R$ 8,0000	09/12/2025	Não
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 10,4000	03/12/2025	Não
30	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 7,5000	02/12/2025	Não
31	I	JUSTICA ELEITORAL - Compras.gov.br	270	Unidade	R$ 14,0000	02/12/2025	Não
32	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25	Unidade	R$ 6,0400	01/12/2025	Não
33	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 5,4600	01/12/2025	Não
34	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 11,0000	26/11/2025	Não
35	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 6,2700	26/11/2025	Não
36	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 11,0000	25/11/2025	Não
37	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL/MJ - Compras.	100	Unidade	R$ 31,8800	23/11/2025	Não

		gov.br					
38	I	INSTIT. NAC. DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 10,6000	23/11/2025	Não
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	2	Unidade	R$ 8,0000	23/11/2025	Não
40	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 6,9800	20/11/2025	Não
41	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 35,0000	19/11/2025	Sim
42	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TECNOLOGIA DA BAHIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 6,0000	18/11/2025	Não
43	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 11,0000	18/11/2025	Não
44	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 32,2000	17/11/2025	Não
45	I	CONSELHO REG. DE ENGENHARIA E AGRONOMIA-BA - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 20,0000	17/11/2025	Não
46	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	767	Unidade	R$ 5,9500	17/11/2025	Não
47	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 7,9500	13/11/2025	Não
48	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - PB - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 17,9000	12/11/2025	Não
49	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 12,9700	11/11/2025	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO - Compras.gov.br	25	Unidade	R$ 7,5800	11/11/2025	Não

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 7

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
451819 - Teclado Microcomputador Tipo: Multimidia , Tipo Conector: Usb , Conectividade: Com Fio	Unidade	15

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 73,5200	R$ 84,5067	R$ 89,0000	Coeficiente de Variação: 9,2436% Desvio Padrão: 7,8115 Maior Preço: R$ 91,0000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 20,0000	26/02/2026	Não
2	I	FUNDACAO OSWALDO CRUZ - Compras.gov.br	35	Unidade	R$ 29,0000	19/02/2026	Não
3	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 20,0600	06/02/2026	Não
4	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	100	Unidade	R$ 17,7600	06/02/2026	Não
5	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 19,0000	04/02/2026	Não

6	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 18,1000	09/01/2026	Não
7	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	39	Unidade	R$ 24,9000	07/01/2026	Não
8	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 19,1000	16/12/2025	Não
9	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 33,8300	12/12/2025	Não
10	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS - Compras.gov.br	426	Unidade	R$ 19,5000	11/12/2025	Não
11	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 18,1000	09/12/2025	Não
12	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 30,0000	09/12/2025	Não
13	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 22,0000	20/11/2025	Não
14	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 21,7000	13/11/2025	Não
15	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	9	Unidade	R$ 18,2200	10/11/2025	Não
16	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	160	Unidade	R$ 20,4500	04/11/2025	Não
17	I	CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - Compras.gov.br	60	Unidade	R$ 26,1300	21/10/2025	Não
18	I	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 22,5600	13/10/2025	Não
19	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	555	Unidade	R$ 20,0000	10/10/2025	Não
20	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	330	Unidade	R$ 17,5000	07/10/2025	Não
21	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	25	Unidade	R$ 18,7200	05/10/2025	Não
22	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 21,0000	03/10/2025	Não
23	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	250	Unidade	R$ 19,9000	03/10/2025	Não
24	I	CONSELHO REGIONAL DE QUIMICA 3A - RJ - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 89,0000	03/10/2025	Sim
25	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	90	Unidade	R$ 23,5500	01/10/2025	Não
26	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 46,5000	29/09/2025	Não
27	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 20,0000	25/09/2025	Não
28	I	CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA - PR - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 33,0500	22/09/2025	Não
29	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 23,0000	18/09/2025	Não
30	I	MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 29,0000	17/09/2025	Não
31	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	60	Unidade	R$ 18,0000	10/09/2025	Não
32	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 17,4800	04/09/2025	Não
33	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 21,0000	03/09/2025	Não
34	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1337	Unidade	R$ 20,1000	01/09/2025	Não
35	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - Compras.gov.br	1064	Unidade	R$ 47,4600	01/09/2025	Não
36	I	UFOB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA - Compras.gov.br	147	Unidade	R$ 20,4900	06/08/2025	Não

37	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	40	Unidade	R$ 18,5000	05/08/2025	Não
38	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	200	Unidade	R$ 91,0000	24/07/2025	Sim
39	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	20	Unidade	R$ 22,0000	16/07/2025	Não
40	I	MINISTERIO DA CIENCIA,TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - Compras.gov.br	12	Unidade	R$ 73,5200	15/07/2025	Sim
41	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	7	Unidade	R$ 25,7400	15/07/2025	Não
42	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	500	Unidade	R$ 18,1000	02/07/2025	Não
43	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 19,0000	30/06/2025	Não
ℹ 44	I	CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - MG - Compras.gov.br	1	Unidade	R$ 859,9000	17/06/2025	Não
45	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	30	Unidade	R$ 20,0000	17/06/2025	Não
46	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA - Compras.gov.br	400	Unidade	R$ 37,3100	13/06/2025	Não
47	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	150	Unidade	R$ 49,0000	12/06/2025	Não
48	I	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - Compras.gov.br	800	Unidade	R$ 23,9000	10/06/2025	Não
49	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	250	Unidade	R$ 21,0000	20/05/2025	Não
50	I	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA - Compras.gov.br	50	Unidade	R$ 23,0000	12/05/2025	Não

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
ℹ Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Item: 8

Descrição do item	Unidade de Fornecimento	Quantidade
631099 - Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen Drive , Interface: Usb 3.0 , Velocidade Leitura: 40 MB/S, Velocidade Gravação: 10 MB/	Unidade	15

Consolidação dos preços cotados

Menor Preço	Média	Mediana	
R$ 54,5700	R$ 55,1567	R$ 55,0000	Coeficiente de Variação: 1,0048% Desvio Padrão: 0,5542 Maior Preço: R$ 55,9000

Método de cálculo adotado: Mediana

Filtro Aplicado
Período: 12 Meses
Esfera: Federal

Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RS - Compras.gov.br	300	Unidade	R$ 33,0000	23/02/2026	Não
2	I	COMANDO DO EXERCITO - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 49,0000	26/01/2026	Não
3	I	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 55,0000	11/11/2025	Sim
4	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 54,5700	23/10/2025	Sim
5	I	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 37,0000	23/10/2025	Não

6	I	MINISTéRIO DO TRABALHO E PREVIDêNCIA SOCIAL - Compras.gov.br	15	Unidade	R$ 36,0000	19/10/2025	Não
i 7	I	COMANDO DA MARINHA - Compras.gov.br	10	Unidade	R$ 55,9000	16/09/2025	Sim

Legenda:
⚠ Compra ou item com evento alteração de situação após homologação.
i Compra ou item sofreu atualização após homologação.

Relatório emitido em 04/03/2026 14:07

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021):
- Média: corresponde à soma dos valores das amostras que compõem a pesquisa, dividida pelo número de amostras que compõem a pesquisa.
- Mediana: medida de tendência central das amostras que compõem a pesquisa que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.
- Desvio Padrão: É a raiz quadrada da variância de X ou também conhecido como a raiz quadrada do valor médio entre $(X-\mu)^2$, onde μ representa a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$D = \sqrt[2]{\frac{\sum_{i=1}^{n}(x-\mu)^2}{n}}$$

- Coeficiente de variação: É uma medida de dispersão calculada entre a divisão do desvio padrão e a média aritmética dos valores que compõem a pesquisa.

$$CV = \frac{D}{\mu}$$

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA
(4ª Companhia de Fronteira/1956)
Batalhão Plácido de Castro

DECLARAÇÃO

Declaro, para fins de atendimento à lei de Responsabilidade Fiscal, que a aquisição em tela não importa criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como somente será realizada a despesa mediante disponibilidade de receita destinada a atender despesas com a contratação de Aquisição de material de TIC e seus insumos para o PMGuRBO.

Rio Branco – AC, 04 de março de 2026.

[redacted]

FABIO ROBERTO SANTOS ALCANTARA – Cel
Ordenador de Despesas do Cmdo Fron AC/ 4° BIS

MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

COMANDO DE FRONTEIRA ACRE

4º BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

(4ª Companhia de Fronteira/1956)

BATALHÃO PLÁCIDO DE CASTRO

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 65323.002253/2026-68

1. Conforme os **termos do Artigo 75, incisos I, II ou III/ Artigo 74 caput ou inciso II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, autorizo a continuidade do processo, referente à Dispensa de Licitação **NUP 65323.002253/2026-68**, cujo objeto é a aquisição de materiais de Tecnologia da Informação (TIC) e seus suprimentos para o PMGuRBO.
2. Atendendo ao princípio da economia processual e celeridade, seja aproveitado para o processo os documentos da fase de planejamento já elaborados pela equipe de planejamento da contratação;
3. Há crédito para atender tal despesa, constante das Notas de Crédito Nr 2026NC402642 (material permanente) e Nr 2026NC400767 (material de consumo).
4. Publique-se a divulgação de aviso de dispensa de licitação no Portal Nacional de Contratações
5. Públicas, pelo prazo mínimo de **3 (três) dias úteis**, em atendimento a IN SEGES 67/21, para busca da proposta mais vantajosa;
6. A SALC providencie o processo de DISPENSA e a emissão da nota de empenho após sua homologação; e
7. Finalizado o processo e recebido o material/serviço, o pagamento será mediante ordem bancária (OB), haja vista que esta UG trabalha com sistema de emissão de nota de empenho onde os pagamentos são realizados via (OB) e haja vista que esta UG não possui cartão de pagamento.

Rio Branco, Acre 04 de Março de 2026.

[redacted]

CR ENERGIA IND E COM LTDA

Observação: A empresa como fabricante do produto, pode a pedido do cliente alterar ou adequar especificações a necessidade do mesmo, tais como nos itens: fator de potência, quantidade de baterias, tomadas e acessórios.

CATEGORIA: Nobreak – Interativo - SOHO

MODELO: Nobreak Modelo KSB 1200BS

DESCRIÇÃO: Os nobreaks de linha interativa são equipamentos que regulam a tensão corrigindo as oscilações da rede, e em casos de queda de energia atuam num tempo menor que 1ms protegendo e mantendo em funcionamento os equipamentos a eles ligados a partir retorno energia seu retificador atua no sentido de recarregar a bateria do nobreak. Eles também são caracterizados por apresentarem em modo rede a frequência na saída igual à da rede elétrica, porém eles possuem um estabilizador interno. A tensão de saída é corrigida para um valor seguro caso a tensão de entrada varie para valores que possam prejudicar os equipamentos conectados. A linha SOHO, abreviação do termo inglês Small Office-Home Office, é mais específica para ser utilizada em pequenos escritórios, residências e ou microempresas, são equipamentos mais leves para equipamentos que não demandam quantidades de energia em larga escala.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

1. SAÍDA

- Capacidade de Potência de Saída mínima de 1200 VA
- Tecnologia Interativa On-Line MICROPROCESSADOR RISC/FLASH
- Tensão Nominal de saída de 110/220 VAC COMUTÁVEL
- Eficiência em Carga total mínima de 95% em rede e 85% em modo bateria
- Distorção da tensão de saída máxima de 3%
- Frequência de saída sincronizada 60 Hz +-1%
- Regulação +-5% em bateria e +-10% em rede
- Tipo de forma da onda: SENOIDAL PURA EM REDE
- Conexões de Saída: 06 TOMADAS PADRÃO 10A - ABNT/NBR 14136 2P 1T
- Tempo de transferência < 1 ms

2. ENTRADA

- Tensão Nominal de Entrada de 115/220VAC BIVOLT AUTOMÁTICO
- Frequência de entrada: 60 Hz +- 5%
- Tipo de conexão de Entrada: PLUG PADRÃO ABNT 14136
- Cabo de energia, com tamanho mínimo de 1,5 metros
- Intervalo de tensão de entrada entre 86 - 262V,

3. BATERIA & TEMPO DE OPERAÇÃO

- Bateria selada, chumbo-ácido livre de manutenção, a prova de vazamento
- Carregador tipo ``Strong Charger``, Recarrega automaticamente as baterias mesmo com níveis baixos. E mesmo com equipamento desligado com recarga em até no máximo 8 horas
- Autonomia de até 40 minutos a depender da carga
- Gerenciamento da situação da bateria informando através Led painel substituição/defeito ou sem carga sistema Battery Saver.

4. COMUNICAÇÃO E GERENCIAMENTO

- Porta de interface - DB-9 RS-232, USB, RJ 45
- Mínimo de 01 interface com Software de gerenciamento Windows, Linux e Mac

CR ENERGIA IND E COM LTDA

- Painel de Controle com Display em LED,
- Alarme Sonoro crescente para indicação do nível de bateria no modo inversor

5. CARATERISTICAS GERAIS

- Estabilizador interno com 04 estágios de regulação
- Filtro de linha interno
- Micro processado com microprocessador padrão RISC/FLASH
- Possui Função TRUE RMS
- Possui sistema de auto teste e autodiagnostico da situação dos circuitos internos
- Inversor sincronizado com a rede Sistema PLL BY PASS Automático
- DC START, permite ser ligado na ausência de rede elétrica e retorno para a mesma após termino autonomia
- Painel de Leds com seguintes indicações: Modo rede; Modo inversor/bateria; Final autonomia; Troca de bateria ,Sub e Sobre tensão, Rede anormal ; Bateria em carga
- Alarme através sonalarme de situação de funcionamento modo inversos e situação de bateria
- Chave liga /desliga temporizada embutido painel frontal
- Proteções: Curto circuito no inversor Surtos/Picos de tensão entre F e N; Sub/sobre tensão da rede elétrica e baterias; Sobreaquecimento no inversor e no transformador; Sobrecorrente; Potência excedida com alarmes e desligamento; Descarga elétrica linha telefônica; Descarga total das baterias
- Circuito Desmagnetizador
- Porta Fusível disjuntor rearmável - com unidade reserva
- Gabinete Metálico Tipo Torre cor Preta com Pintura Epóxi eletrostática e antichama temperatura de trabalho de 0 a 40 graus celsius
- Garantia - 12 Meses com assistência técnica especializada em todo território nacional - https://www.crenergia.com.br/suporte



NOME DA EMPRESA: FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº: 55.935.697/000-184
ENDEREÇO: Rua 1130, N 365 - QUADRA 228, LOTE22 - SETOR MARISTA - 74180090
TELEFONE: (62) 99866-0394 / (62)98140-0403
E-MAIL: faptecnologiagyn@gmail.com

Ao Órgão 160002 - 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC. Dispensa N° 38/2026. Apresentamos nossa proposta de preços.

Item	Descrição	Qtd	R$ Unitário	Valor Total
1	ESTABILIZADOR TENSÃO CAPACIDADE; 1200 VA OU SUPERIOR, TENSÃO ALIMENTAÇÃO: NOBREAK SENOIDAL PURO, QUANTIDADE TOMADAS SAIDAS; 6 OU SUPERIOR, NORMAS. TEMPO DE CARGA DA BATERIA INTERNA (ATÉ 80%); 8 HORAS. AUTONOMIA DA BATERIA; CERCA DE 30 MIN. **MARCA:** CR ENERGIA **MODELO/VERSÃO:** KSB 1200BS	6,00	496,00	2.976,00
			Valor total da proposta:	2.976,00

O valor total dessa proposta é de R$2.976,00 (dois mil e novecentos e setenta e seis reais)

NOME DA EMPRESA: FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº: 55.935.697/000-184
ENDEREÇO: Rua 1130, N 365 - QUADRA 228, LOTE22 - SETOR MARISTA - 74180090
TELEFONE: (62) 99866-0394 / (62)98140-0403
E-MAIL: faptecnologiagyn@gmail.com

Dados Comerciais:

NOME DA EMPRESA: FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº: 55.935.697/000-184
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 201686228
ENDEREÇO: Rua 1130, N 365 - QUADRA 228, LOTE22 - SETOR MARISTA - 74180090
TELEFONE: (62) 99866-0394 / (62)98140-0403
E-MAIL: faptecnologiagyn@gmail.com
REPRESENTANTE: Frederico da Costa Batista - Diretor Comercial - CPF: [redacted] / RG: [redacted]SPTC-GO

DADOS BANCÁRIOS:
[redacted]

DADOS DO RESPONSÁVEL PARA ASSINATURA DO CONTRATO:
NOME: Frederico Costa Batista
NACIONALIDADE: Brasileira
ESTADO CIVIL: Casado
NATURALIDADE: Goiânia - GO
PROFISSÃO: Diretor Comercial
DATA DE NASCIMENTO: 13/04/1990
RG Nº [redacted]C-GO **Data de Emissão:** 20/04/2018
CPF: [redacted]

Observações:

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: Conforme estabelecido no edital.
FORMA DE PAGAMENTO: Conforme estabelecido no edital.
PRAZO DE ENTREGA: Conforme estabelecido no edital.
PRAZO DE VALIDADE DOS PRODUTOS: Conforme estabelecido no edital

DECLARAMOS, que a presente proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Declaro ainda que a proposta apresentada para esta licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
Nos preços ofertados deverão já estar considerados e inclusos todos os custos diretos e indiretos, encargos, tributos, transporte, seguros, contribuições e obrigações sociais, trabalhistas e previdenciárias e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta licitação.
Declaramos que estamos cientes e aceitamos todas as exigências, normas e prazos estabelecidos neste edital e nos seus Anexos, e que os produtos ofertados atendem às especificações contidas no Termo de Referência

DECLARAMOS ainda, nos termos da Lei N.º 14.133/21, artigo 63, 1º que a presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas

NOME DA EMPRESA: FAP TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA
CNPJ Nº: 55.935.697/000-184
ENDEREÇO: Rua 1130, N 365 - QUADRA 228, LOTE22 - SETOR MARISTA - 74180090
TELEFONE: (62) 99866-0394 / (62)98140-0403
E-MAIL: faptecnologiagyn@gmail.com

Goiânia, 19 de Março de 2026

Representante Legal

FREDERICO DA COSTA BATISTA:00831257105

Assinado de forma digital por FREDERICO DA COSTA BATISTA:00831257105

Frederico Costa Batista - Diretor Comercial

RG: [redacted] SPTC-GO **CPF:** [redacted]

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**55.935.697/0001-84**
Razão Social:	**FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA**
Nome Fantasia:	**FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **22/07/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**23/08/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**25/03/2026**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**29/08/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**12/04/2026**
Receita Municipal	Validade:	**13/05/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 19/03/2026, 16:14

CPF / CNPJ: **55.935.697/000-184** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NDBlMWY1ZDg5YTU0NzRjNTM3NGJhMzRiNDRmNDdhOTUzZjkwNDJiMzE5YzMyYTY4Mzk4MmQ3M2E3NTI4YzgxYQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/03/2026 16:15:45

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **FAP TECNOLOGIA E SOLUCOES LTDA**
CNPJ: **55.935.697/0001-84**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**63.755.916/0001-71**
Razão Social:	**LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA**
Nome Fantasia:	**LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **11/12/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**16/06/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**28/03/2026**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**24/06/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**18/06/2026**
Receita Municipal	Validade:	**14/06/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**30/06/2026**

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 19/03/2026, 17:18

CPF / CNPJ: **63.755.916/0001-71** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: ZDRiM2EzOWIyMTE4NjkwODZmYjlmZmVjYjc3YTA3OTNmOTFhZDZiMDlmYzVhNDliOTQ5YzYxNmQwMGNhMTk0Mg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/03/2026 17:38:53

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA**
CNPJ: **63.755.916/0001-71**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

LICITMAIS

PROPOSTA DE PREÇOS

4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC

A, **LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº **63.755.916/0001-71**, **TEL: (11)4084-1269** e-mail: **vendas@ajrcompany.com.br**, sediada na **R MORADA DAS ESTRELAS, 24, Jd. Nova Itapevi- Itapevi/SP**, por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, propõe fornecer ao órgão, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epigrafe, conforme abaixo descriminado:

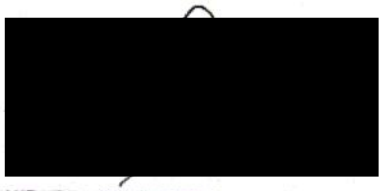
PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias.
VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) Dias.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: 30 (trinta) Dias.
BANCO DO BRASIL: 001 – Agência: 2171-7 Conta bancária: 74997-4

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA MODELO	Unid.	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	Multifuncional Impressora Laser Color Lexmark Cx-431adw Cor Branco 110 127v	**Lexmark**	**UNIDADE**	1	R$3.519,00	R$3.519,00
VALOR TOTAL						**R$3.519,00**
três mil quinhentos e dezenove reais						

LICITMAIS

Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.

Itapevi, 18 de março de 2026.



Rafael Santos Jesus de Sousa
CPF: [redacted]
RG: [redacted]
Sócio – Administrador

LICITMAIS

Multifuncional Impressora Laser Color Lexmark Cx-431adw Cor Branco 110 127v



R MORADA DAS ESTRELAS 24, Jd. Nova Itapevi- Itapevi/SP TEL: (11) 4084-1269
VENDAS@AJRCOMPANY.COM.BR

LICITMAIS

Características do produto

- Tipo de impressora: **Multifuncional**
- Tecnologia da impressão: **Laser**
- Tipo de impressão: **Cor**
- Funções da impressora: **Cópia, Impressora, Scanner**
- Com Wi-Fi: **Sim**

Características gerais

Marca	Lexmark
Linha	laser color
Modelo	40n9370 CX431 CX-431 CX431ADW
Modelo alfanumérico	40n9370 CX431 CX-431 CX431ADW
Cor	Branco

Climatização

Eficiência energética	A

Especificações

Velocidade do processador	1 GHz

Impressão

Tipo de impressora	Multifuncional
Tecnologia de impressão	Laser
Tipo de impressão	Cor
Funções da impressora	Cópia, Impressora, Scanner

Conectividade

Com Wi-Fi	Sim
Com entrada USB	Sim

Outros

É um acessório para câmera	Não
Fabricante	Lexmark
Com alimentador de documentos automático	Sim
Capacidade do alimentador de documentos	50

LICITMAIS

Descrição

Impressora Lexmark Multifuncional CX431ADW Laser Color 29959

Multifuncional Lexmark CX431adw, compacta, com versatilidade de cores e fácil instalação. Excelente para pequenos grupos de trabalho, oferecendo impressão de até 26 ppm*.

Cores que atendem às suas expectativas:

Obtenha cores vibrantes e de qualidade em segundos com o exclusivo toner Unison da Lexmark. Os cartuchos de coleta de rendimento extra-alto que são fáceis de trocar proporcionam mais impressão e menos tempo de inatividade.

Economize papel e energia:

A impressão em frente e verso automática é padrão, assim como modos integrados de economia de energia que ajudam a atender às classificações de certificados EPEAT Silver e ENERGY STAR. O Programa de Coleta de cartuchos (LCCP) e o Programa de coleta dos equipamentos da Lexmark (LECP) minimizam o desperdício e oferecem suporte à reciclagem (a disponibilidade varia de acordo com o país).

Segurança espectro total:

A abordagem da Lexmark com relação à segurança de produto é parte essencial no design e engenharia de todo nosso portfólio. Nossos recursos de segurança ajudam a manter a integridade das suas informações no documento, no dispositivo, na rede e em todos os pontos de contato.

Conexões padrão, com a conveniência do sem fio:

Além da conectividade USB e Gigabit Ethernet, o Wi-Fi de banda dupla torna fácil e rápido para os usuários em trânsito obterem impressões por meio do aplicativo Lexmark Mobile Print e também pelas tecnologias Google Cloud Print, Mopria e AirPrint. O aplicativo Lexmark Mobile Assistant simplifica a configuração sem fio.

Interação com facilidade:

Controle sua impressão, cópia, fax e digitalização em frente e verso automática com uma tela sensível ao toque colorida de 2,8 polegadas. Oferece fácil interação com as funções essenciais do sistema e as informações das tarefas, incluindo conectores de nuvem integrados para salvar digitalizações e recuperar arquivos dos serviços de nuvem populares Box, DropBox, Google Drive e Microsoft OneDrive.

Compacta e durável:

Compacta e leve, a CX431adw cabe praticamente em qualquer lugar. Sua estrutura de aço e componentes de longa duração significam que foi feita para uma maior vida útil.

Especificações:

Tecnologia de impressão: Laser a cores

Voltagem: 110/127V

Funções: Cópia a cores, Impressão a cores, Digitalização a cores e Fax

Tamanho do grupo de trabalho: Grupo de trabalho pequeno-médio

Visor: 2.8 inch (7.2 cm) LCD touch panel

Tamanhos de papel suportados: A6, Oficio, 7 3/4 Envelope, 9 Envelope, JIS-B5, A4, Legal, A5, Hagaki Card, Letter, B5 Envelope, Statement, Envelope C5, Executive, Universal, Envelope DL, Folio, 10 Envelope

Manuseamento de papel incluído: 100-Sheet Output Bin, Duplex integrado, Alimentação manual de uma folha, Entrada para 250 folhas

Conectividade standard: Gigabit Ethernet (10/100/1000), 802.11ac Wireless, Porta USB frontal de alta velocidade compatível com a especificação USB 2.0 (Tipo A), Porta USB 2.0 com certificação de alta velocidade (Tipo B)

Dimensão do produto (mm - A x L x P): 344.4 x 411.2 x 394.1 mm

Peso: 19.4 kg

Dimensão da embalagem (mm - A x L x P): 519 x 440 x 556 mm

Peso da embalagem (kg): 22.7 kg

Cópia:

Velocidade de cópia (Até): mono - 24.7 cpm (A4), mono - 26 cpm (Letter), cores - 24.7 cpm1 (A4), cor - 26 cpm1 (Letter)

Velocidade de cópia duplex (Até): preto - 26 ppm (Letter), mono - 24.7 ppm (A4), cor - 26 ppm (Letter), cores - 24.7 ppm (A4)

Tempo para a 1 cópia / Tempo de Cópia da primeira página a cores: mono - 12.1 segundos, color 13.3 segundos

Escala de Redução/ Ampliação: 25 - 400 %

Fax:

Velocidade do Modem: Max is 33,600 bps, V.34 Half-Duplex Kbps

Velocidade de transmissão de faxes: < 3 segundos por página

Impressão:

Velocidade de impressão (Até): mono - 24.7 ppm (A4), a preto - 26 ppm (Letter), a cores - 24.7 ppm (A4), a cor: 26 ppm (Letter)

Velocidade de impressão duplex (Até): mono 13 ppm (A4), a preto - 13 ppm (Letter), a cores: 13 ppm (A4), a cor: 13 ppm (Letter)

Tempo para a 1 página: mono - 10.8 segundos, a cores - 11 segundos

Resolução de impressão: mono - 4800 CQ (2400 x 600 dpi), 600 x 600 ppp; cores - 600 x 600 ppp, 4800 CQ (2400 x 600 dpi)

Impressão em Duplex: frente e verso, Duplex integrado

Área de impressão: metro - 4.2 mm das margens superior, inferior, direita e esquerda

Digitalização:

Tipo de Scanner / Digitalização: Scanner de base plana com ADF

ADF: DADF (duplex de passagem única)

Área de digitalização (mm): 216 x 356 mm (máximo)

A4/Ltr Simplex velocidade digitalização (Até): mono - 45 / 48 Lados por minuto, cor - 20 / 21 Lados por minuto

A4/Ltr Duplex velocidade digitalização (Até): mono -90 / 96 Lados por minuto, cor - 40 / 42 Lados por minuto

Tecnologia do scanner: CIS

Resolução da Digitalização: 600 X 600 ppp (preto) e até 600 X 600 ppp (cores)

Formatos de ficheiros digitalizados: TIFF, PDF, JPEG, JPG

Destinos da digitalização: e-mail, Unidade USB ou pasta de rede, Unidade USB, FTP

ADF: Alimentador automático de documentos de 50 folhas

Capacidade de alimentação Cópia/Fax/Digitalização: 50 páginas 20 lb ou 75 gsm bond (ADF)

Manuseio de papel:

Tipos de papel suportados: Hagaki card, Papel etiquetas, Cartolina, Papel normal, Envelopes, Papel glossy, Refer to the Paper & Specialty Media Guide

Número de entradas de papel: 2

Capacidade de alimentação de papel: standard - 250+1 páginas 20 lb ou 75 gsm bond, máximo - 750+1 páginas 20 lb ou 75 gsm bond, 250+1 páginas 20 lb ou 75 gsm bond

Capacidade saída de papel (Até): standard - 100 páginas 20 lb ou 75 gsm bond, máximo - 100 páginas 20 lb ou 75 gsm bond

Peso Suportado do Papel (gsm): 60 - 176 g/m2 (Alimentador Standard)

Manuseamento de papel opcional: Tabuleiro para 250 folhas

Cartuchos e criação de imagens:

Capacidades dos toners (até): Toner preto de capacidade extra para 6.000** páginas, Toner preto e a cores (CMYK) para 1.500** páginas.

Consumíveis entregues com o equipamento: Toner Preto com Programa de Retorno para 1.500** páginas, Toner Cor com Programa de Retorno para 1.500** páginas (CMY)

Hardware:

Velocidade Processador: Dual Core, 1.0 GHz

Memória: 1024 MB

Linguagem da impressora: PCL 5, PCLm, Emulação PCL 6, Emulação PostScript 3

Definições de fontes e símbolos: 2 fontes de bitmap PCL, OCR-A, OCR-B 5e fonte expansível PCL, 91 fontes expansíveis PostScript

Ecrã tátil: Sim

Conectividade:

USB direto: Sim

Rede Ethernet: Sim

Sem fios: Sim

Suporte de Protocolo de Rede: TCP/IP IPv6, TCP/IP IPv4, TCP, UDP

Métodos de Impressão em Rede: Microsoft Web Services WSD, FTP, TFTP, Enhanced IP (Port 9400), IPP 1.0, 1.1, 2.0

Protocolos de Gestão de Rede: DHCP, APIPA (AutoIP), BOOTP, RARP, mDNS, IGMP, WINS, DDNS, SNMPv3, SNMPv1, SNMPv2c, NTP, ICMP, http, DNS, ARP, https (SSL4/TLS), Finger

Segurança de Rede: IPSec, SNMPv3, Autenticação 802.1x: MD5, MSCHAPv2, LEAP, PEAP, TLS, TTLS, Controlo de acesso à porta TCP/IP

Parte elétrica e operação:

ENERGY STAR: Sim

ENERGY STAR Typical Electricity Consumption (TEC): 0.37 kilowatt-horas por semana

Nível de ruído / Nível de ruído em funcionamento: 14 dBA (ligado), 51/52 dBA (impressão)

Nível de Ruído Impressão em Duplex: 50/52 dBA

Ambiente Recomendado de Funcionamento: Humidade - 8 a 80% humidade relativa, Altitude - 0 a 3.048 metros, Temperatura: 10 a 32C

Certificações do Produto: ENERGY STAR, ICES-003 Class B, BSMI Class B, US FDA, UL 60950-1, FCC Class B, cUL CAN/CSA-C22.2 60950-1, CB EN/IEC 60950-1, CB EN/IEC 60825-1, CE DoC (EN 62301 Class B, EN 62311, CE EN/IEC 60950-1, CE EN/IEC 60825-1, EN 61000-3, EN 55022 Class B, EN 55024)

Código UNSPSC: 43212110

Suprimentos Compatíveis: 20N4XY0, 20N4XC0, 20N4XM0, 20N4XK0, 20N40Y0, 20N40C0, 20N40M0, 20N40K0

*As velocidades de impressão e cópia são medidas em conformidade com as normas ISO/IEC 24734 e ISO/IEC 24735 respectivamente (ESAT)

** Valor médio de rendimento de página standard declarado de acordo com a norma ISO / IEC 19752.

PAPELARIA COLEGIAL

J S CORDEIRO – EPP
CNPJ: 18.255.582/0001-00 I.E: 01.038.330/001-88
Avenida Nações Unidas,3109 - Estação Experimental
CEP 69918-172 - Rio Branco -AC
E-mail: papelacolegial@gmail.com Fone: (68)3224-5580

Ao
Ministerio da Defesa
Exercito Brasileiro
Comando de Fronteira Acre/ 4º Batalhão de Infantaria de Selva
(4ª Companhia de Fronteiras/1956) Batalhão Placido de Castro
Dispensa de Licitação 38/2026
Data Abertura: 17 de março de 2026.
Processo Administrativo nº 65323002253/2026-68
Nome da empresa J. S. Cordeiro - EPP - Fantasia: Papelaria colegial. situado no Municipio de Rio Branco, Acre, Tel: 32245580. E-MAIL: Papelacolegial@gmail.com - [redacted] Responsável legal da empresa: Jordney de souza cordeiro CPF: [redacted] RG [redacted] Encaminhamos a esta Comissão Permanente de Licitação/CPL, nossa Proposta de Preços, referente à Dispensa de licitação em epigrafe, objetivando. Apresentamos a seguir proposta referente na modalidade Dispensa de Licitação 38-2026

Proposta de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANT	V. UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Papel para impressao A-4 formatado tipo, tipo sulfite/apergaminhado/oficio75 g/m2, cor branco caracteristicas adional; ph alcalino para uso em impressora a laser	Ink	embagem 500 fls	200	R$ 27.00	R$ 5,400.00
Valor total						**R$ 5,400.00**
Cinco Mil, Quatrocentos reais						

Validade da proposta 90 dias
Declaramos que os preços contidos na proposta escrita e naqueles que, porventura, vierem a ser ofertados por meio de lances estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, embalagens, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguro, lucro, frete e outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da licitação (Dispensa de Licitação nº 38/2026).
Declaramos a obrigatoriedade em realizar a entrega dos bens/serviços licitados a partir do recebimento do pedido expedido pelo Comando de Fronteira Acre/4ºBatalhao de Infantaria de Selva. e que os mesmos serão entregues conforme o solicitado.

J S CORDEIRO LTDA:18255882000100 0

Assinado digitalmente por J S CORDEIRO LTDA:18255882000100
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, S=AC, L=RIO BRANCO, OU=AC DIGITAL MULTIPLA G1, OU=23995205000150, OU=presencial, OU=Certificado PJ A1, CN=J S CORDEIRO LTDA:18255882000100
Razão: J S CORDEIRO LTDA
Localização: Rio branco, Acre
Data: 2026.03.18 09:03:03-05'00'

Rio Branco Acre, 17 de março de 2026

Representante
J. S. Cordeiro - EPP
Proprietário Jordney de Souza Cordeiro
CPF/MF Sob Nº [redacted]
Identidade [redacted]

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/03/2026 17:51:47

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **J S CORDEIRO LTDA**
CNPJ: **18.255.882/0001-00**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 19/03/2026, 17:52

CPF / CNPJ: **18.255.882/0001-00** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NjVmMTEzZGZhOGZkYzY2N2NlNThhMzY4Yzk2YmZhMDEyZTNhZjJhNmY3NWFkNDJlNzJmMTQ5M2EzZDljNGM4MA==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A emissão deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**18.255.882/0001-00**	DUNS®:	**895209487**
Razão Social:	**J S CORDEIRO LTDA**		
Nome Fantasia:	**PAPELARIA COLEGIAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**02/10/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Empresa de Pequeno**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**16/06/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**07/04/2026**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**15/09/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**07/05/2026**
Receita Municipal	Validade:	**25/04/2026**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/10/2026**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **18.255.882/0001-00** DUNS®: **895209487**
Razão Social: **J S CORDEIRO LTDA**
Nome Fantasia: **PAPELARIA COLEGIAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **18.255.882/0001-00** DUNS®: **895209487**
Razão Social: **J S CORDEIRO LTDA**
Nome Fantasia: **PAPELARIA COLEGIAL**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Impedimento de Licitar e Contratar - Lei nº 10.520/02, art. 7º**
Motivo: **Comportamento inidôneo ou fraude fiscal**
UASG Sancionadora: **200378 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RO**
Âmbito da Sanção: **União**
Prazo: **Determinado**
Prazo Inicial: **18/12/2018** Prazo Final: **18/04/2019**
Número do Processo: **08475007005201826**
Descrição/Justificativa: **Aplicação de sanção de Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 4 (quatro) meses, com fundamento no item 22.2.2 do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 01/2018 SR/PF/RO, por ter durante a sessão pública do certame em comento, infringido condições previstas no referido Edital.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**
UASG Sancionadora: **70002 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE**
Impeditiva: **Não**
Prazo Inicial: **03/09/2018**
Data Aplicação: **03/09/2018**
Número do Processo: **0000430-45.2018** Número do Contrato: **2018NE000264**
Descrição/Justificativa: **Decisão GASAO 608/2018, nos seguintes termos: acolho o parecer da Assessoria de Licitações (0228420) e, com base no artigo 1º, VIII, da Portaria PRESI n. 10/2014, aplico penalidade de multa no valor de R$ 68,46 (sessenta e oito reais e quarenta e seis centavos) à empresa J S CORDEIRO - EPP, em razão de atraso na entrega do material objeto da 2018NE000264, correspondente a 7,5% do valor do contrato, de acordo com o previsto no subitem 7.1.2, "a", do Anexo I do edital do Pregão Eletrônico n. 35/2017.**

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Prováveis Ocorrências Impeditivas Indiretas do Fornecedor

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**18.255.882/0001-00**	DUNS®:	**895209487**
Razão Social:	**J S CORDEIRO LTDA**		
Nome Fantasia:	**PAPELARIA COLEGIAL**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Nenhum registro de Ocorrência Impeditiva Indireta encontrado para o fornecedor.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 19/03/2026 18:44:05

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OLIVEIRA & ALMEIDA INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **13.218.025/0001-08**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.218.025/0001-08**	DUNS®:	**900726743**
Razão Social:	**OLIVEIRA & ALMEIDA INFORMATICA LTDA**		
Nome Fantasia:	**LOGPC INFORMATICA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/11/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**19/05/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**22/03/2026**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**24/05/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/06/2026**
Receita Municipal	Validade:	**27/04/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**30/06/2026**

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 19/03/2026, 18:42

CPF / CNPJ: **13.218.025/0001-08** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NDQzMzQwNzI1OTZhZmNkYTQxYjU0NzEyMjBjYzg3ZWQ3NTdhOWM1YTI0MTU3MTNhZWNiY2MzNmZkZThkZjhlZQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina



Detalhes do Produto:

Mouse Óptico Lehmox Ley-28

O Mouse Óptico com fio USB oferece precisão confiável para suas tarefas diárias. Com design ergonômico, é confortável de usar, proporcionando uma experiência de navegação suave. Conectividade USB simplifica a instalação, garantindo compatibilidade instantânea.

Especificações:

- Tecnologia óptica de alta definição.
- Resolução do sensor 1200 DPI.
- Comprimento do cabo 100cm.
- Plug and play.
- Equipamento compatível com PC e Notebook's.
- Conexão USB 2.0.
- 03 Botões.
- Compatíveis com sistemas Windows, MAC e Linux.
- 500 milhões de cliques.
- 300 milhões de teste de balanço.

Logpc
Informática

Sr(a) Pregoeiro(a):

A Empresa **Oliveira e Almeida Informática Ltda** CNPJ nº **13.218.025/0001-08 e** Inscrição Estadual N° **90549613-13** sediada **Rua Arlindo Natal – 432 – Uberaba - Curitiba**, neste ato representada por **Rafael Guimarães Martins de Oliveira, Sócio direto,** RG: [redacted] e CPF: [redacted] se propõe a vender os itens abaixo, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital e seus anexos, referente a **Dispensa nº 38/2026**, do **4° Batalhão De Infantaria De Selva/Mes/ e** seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	MARCA	MODELO	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
06	MOUSE COMPUTADOR TAMANHO: PADRÃO, SENSOR: LASER, TIPO CONECTOR: USB, CONECTIVIDADE: COM FIO	15	LEHMOX	LEY-28	15	R$ 14,00	R$ 210,00

Valor Total – R$ 210,00 (Duzentos e dez reais)
Validade da Proposta de Preços: 60 (Sessenta) dias
Garantia: 12 meses
Condições de pagamento – De acordo com o edital.
Prazo de entrega: Até 30 (Trinta) dias
Razão Social: Oliveira e Almeida Informática Ltda,
CNPJ – 13.218.025/0001-08,
Endereço: Rua Arlindo Natal – 432,
Telefone: 4199224-0884.
Banco: Caixa Econômica
Agência: 0731
Conta Corrente: 578396476-6
E-mail – comercial@logpc.com.br
Representante Legal – Rafael Guimarães Martins de Oliveira
CPF: [redacted]
RG: [redacted]
Endereço: Rua Arlindo Natal – 432,
Telefone – (41) 99224-0884.

Logpc Informática

- Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da proponente eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.

- Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Curitiba, 19 de março de 2026

Rafael Guimarães Martis de Oliveira

Assinado de forma digital por Rafael Guimarães Martis de Oliveira
DN: cn=Rafael Guimarães Martis de Oliveira, o, ou=Oliveira e Almeida Informática Ltda, email=comercial@logpc.com.br, c=BR
Dados: 2026.03.19 11:42:08 -03'00'

Rafael Guimarães Martins de Oliveira
CPF: [redacted]
Sócio Diretor

www.logpc.com.br
contato@logpc.com.br
(41) 98829-9651
(41) 3378-2831

Logpc Informática
CNPJ: 13.218.025/0001-08
Rua Arlindo Natal, 432 - Uberaba 81.580-460 Curitiba/PR

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**13.218.025/0001-08**	DUNS®:	**900726743**
Razão Social:	**OLIVEIRA & ALMEIDA INFORMATICA LTDA**		
Nome Fantasia:	**LOGPC INFORMATICA**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**05/11/2026**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**19/05/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**22/03/2026**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**24/05/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**09/06/2026**
Receita Municipal	Validade:	**27/04/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**30/06/2026**

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 20/03/2026, 11:51

CPF / CNPJ: **13.218.025/0001-08** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: Y2ZkNjg0ZjY2NDViYmM1MzliMGNlMTYzNDg2NTA0MmVlNDU4YjQ4YTYzODlkY2Q2YjNlNzg1NWU2Njg5YjJmNg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/03/2026 11:52:27

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **OLIVEIRA & ALMEIDA INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **13.218.025/0001-08**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Logpc
Informática

Sr(a) Pregoeiro(a):

A Empresa **Oliveira e Almeida Informática Ltda** CNPJ nº **13.218.025/0001-08 e** Inscrição Estadual N° **90549613-13** sediada **Rua Arlindo Natal – 432 – Uberaba - Curitiba**, neste ato representada por **Rafael Guimarães Martins de Oliveira, Sócio direto,** RG: [redacted] CPF: [redacted] se propõe a vender os itens abaixo, atendendo a todas as condições estipuladas no Edital e seus anexos, referente a **Dispensa nº 38/2026**, do **4° Batalhão De Infantaria De Selva/Mes/ e** seus anexos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNI	MARCA	MODELO	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
07	TECLADO MICROCOMPUTADOR TIPO: MULTIMIDIA, TIPO CONECTOR: USB, CONECTIVIDADE: COM FIO	15	LEHMOX	LEY-1603	15	R$ 25,00	R$ 375,00

Valor Total – R$ 375,00 (Trezentos e setenta e cinco reais)
Validade da Proposta de Preços: 60 (Sessenta) dias
Garantia: 12 meses
Condições de pagamento – De acordo com o edital.
Prazo de entrega: Até 30 (Trinta) dias
Razão Social: Oliveira e Almeida Informática Ltda,
CNPJ – 13.218.025/0001-08,
Endereço: Rua Arlindo Natal – 432,
Telefone: 4199224-0884.
Banco: Caixa Econômica
Agência: 0731
Conta Corrente: 578396476-6
E-mail – comercial@logpc.com.br
Representante Legal – Rafael Guimarães Martins de Oliveira
CPF [redacted]
RG:
Endereço: Rua Arlindo Natal – 432,
Telefone – (41) 99224-0884.

Logpc
Informática

- Declaro que esta proposta inclui todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto ofertado, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros, fretes, mão de obra qualificada, deslocamentos e hospedagens, e demais despesas inerentes à entrega do objeto conforme especificações exigidas, inclusive os abatimentos eventualmente concedidos, e que o preço proposto corresponde, rigorosamente, às especificações do objeto ofertado, sendo de inteira responsabilidade da proponente eventuais erros nessa avaliação, não lhe cabendo solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente e demais custos que deveriam ser considerados na elaboração desta proposta.

- Declaro também que esta proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de apresentação desta proposta.

- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Curitiba, 19 de março de 2026

Rafael Guimarães Martis de Oliveira

Assinado de forma digital por Rafael Guimarães Martis de Oliveira
DN: cn=Rafael Guimarães Martis de Oliveira, o, ou=Oliveira e Almeida Informática Ltda, email=comercial@logpc.com.br, c=BR
Dados: 2026.03.19 11:47:08 -03'00'

Rafael Guimarães Martins de Oliveira
CPF: [redacted]
Sócio Diretor

www.logpc.com.br
contato@logpc.com.br
(41) 98829-9651
(41) 3378-2831

Logpc Informática
CNPJ: 13.218.025/0001-08
Rua Arlindo Natal, 432 - Uberaba 81.580-460 Curitiba/PR

PROPOSTA DE PREÇOS

AO 4. BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA/MES/AC
DISPENSA ELETRÔNICA N° 38/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65323.002253/2026-68

DADOS DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL: M3. BUSINESS GROUP LTDA

CNPJ: 54.494.740/0001-50

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 263154718

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 39092

TELEFONE(S): 47 991860966

ENDEREÇO: Avenida Colombo Machado Salles, nº 232, Sala: 01, Jardim Dourado, Porto Belo, SC, CEP 88.210-000

Optante pelo Simples: Sim

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

MATHEUS ALEXANDRE GRANDO, brasileiro, casado, portador do RG [redacted] e CPF [redacted], residente e domiciliada na Rua 262, 808 Complemento: Apto 703 B - Vila Das Aroeiras, Bairro: Meia praia CEP: 88220-000, Telefone Celular (47) nº: (991860966), e-mail: contratos@grupom3.com.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DOS CONTRATOS E ATAS:

Para fins de formalização contratual, solicita-se que todos os Contratos, Atas de Registro de Preços, Termos Aditivos e documentos correlatos sejam enviados exclusivamente para o e-mail institucional:
contratos@grupom3.com.br
(Departamento de Licitações e Contratos – M3. BUSINESS GROUP LTDA)

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DOS PEDIDOS / OS / AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO / EMPENHOS:

Para envio de Pedidos de Fornecimento, Ordens de Serviço, Autorizações de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos relativos ao atendimento, solicita-se que a correspondência seja encaminhada ao e-mail:
pedidos@grupom3.com.br
(Setor Operacional – M3. BUSINESS GROUP LTDA)

DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA:

BANCO: 748 - Banco Cooperativo Sicredi S.A. – Bansicredi

AGÊNCIA: 2606

CONTA: 87656-6

Objeto: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de material TIC e seus insumos para o Posto Médico de Guarnição de Rio Branco, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	MARCA	VALOR UN	VALOR TOTAL
8	Memória Flash Capacidade: 64 GB, Tipo: Pen drive, Interface: USB 2.0 ou superior.	UN	15	A GOLD / H MASTON / M3 TECH / HOOPSON	R$ 34,00	R$ 510,00
TOTAL: R$ 510,00 (quinhentos e dez reais)						

Declaramos estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4° do art. 3°, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa.

DECLARO, sob as penas da Lei e para os devidos fins, que até o momento não foram celebrados contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme § 2º, Art. 4º da Lei 14.133/21.

Validade desta proposta: 30 (trinta) dias contados de sua apresentação.

Declaramos que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Porto Belo /SC, 17 de março de 2026

M3 BUSINESS GROUP LTDA:54494740000150

Assinado de forma digital por M3 BUSINESS GROUP LTDA:54494740000150
Dados: 2026.03.17 17:07:55 -03'00'

M3. BUSINESS GROUP LTDA
CNPJ: 54.494.740/0001-50

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**54.494.740/0001-50**
Razão Social:	**M3. BUSINESS GROUP LTDA**
Nome Fantasia:	**M3. BUSINESS GROUP**
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **18/01/2027**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**
MEI:	**Não**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**17/06/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**25/03/2026**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**27/06/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**12/04/2026**
Receita Municipal	Validade:	**30/06/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

	Validade:	**30/04/2026**

Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 20/03/2026, 11:58

CPF / CNPJ: **54.494.740/0001-50** Situação para a Esfera Federal: **REGULAR**

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: NzZjNGI5N2U0YmMyMDI5NzE2M2YyZjI0OWJhYWFjODg2MWZhZGU2ZTk3ZmViYzMxYjA3MTVjMzc1ZjQ1NzIxZQ==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios

A apresentação deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 20/03/2026 11:58:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **M3. BUSINESS GROUP LTDA**
CNPJ: **54.494.740/0001-50**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURONACIONAL

Data e hora da consulta: 11/05/2026 16:57
Usuário: ***.091.980-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
167002	COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS	REAL - (R$)

CNPJ	Endereço	CEP
09.655.599/0002-57	RUA COLOMBIA, S/N - BAIRRO BOSQUE	69909-700

Município	UF	Telefone
RIO BRANCO	AC	(068) 32162900

Ano	Tipo	Número
2026	NE	461

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
2	215845	1005000142	449052	167505	D8SAPIMNTCM

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
27/04/2026	Ordinario	35323002253202668	0,0000	3.519,00

Favorecido

Código	Nome
63.755.916/0001-71	LICITMAIS E INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS LTDA

Endereço	CEP
MORADA DAS ESTRELAS 24 LOTE 16 NOVA ITAPEVI	06690-260

Município	UF	Telefone
ITAPEVI	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação
139	DISPENSA DE LICITACAO

Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alínea
LEI 14.133 / 2021	75	-	II	-

Descrição

(35) MATERIAL DE TIC PERMANENTE, ATENDE AS NECESSIDADES DO PMGURB - PASSEX - 2026NC402642 E 2026NC400767 - CONFORME DISPENSA 38/2026.

Local da Entrega

COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4º BIS, RUA COLOMBIA S/N, BAIRRO BOSQUE

Informação Complementar

160002026000382026 - UASG Minuta: 160002

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME

SIAFI Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

TESOURO NACIONAL

Data e hora da consulta: 11/05/2026 16:57
Usuário: ***.091.980-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.519,00

Subelemento 35 - MATERIAL DE TIC (PERMANENTE)

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00002 - Impressora Multifuncional - tipo impressao: laser, resolucao impressao: 1200 x 1200, tensao alimentacao: 127, resolucao copiadora: 600 x 600, capacidade reducao ampliacao: 25 a 400, velocidade impressao preto e branco: 45, velocidade impressao colorida: 2, velocidade copiadora preto e branco: 42, velocidade copiadora colorida: 8, resolucao scanner: 600 x 600, capacidade minima bandeja: 550, frequencia: 60	3.519,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
27/04/2026	Inclusão	1,00000	3.519,0000	3.519,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa	Responsável pela Nota de Empenho
FABIO ROBERTO SANTOS ALCANTARA	ALEXANDRE VALENTE GONÇALVES
***.723.015-**	***.717.140-**
07/05/2026 19:25:03	28/04/2026 11:14:51